



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Faculdade de Direito e Relações Internacionais
Curso de Relações Internacionais - FADIR

Regiane Elvira Riquena Barbosa da Paz

O Silêncio das Relações Internacionais

Dourados - MS
2015

Regiane Elvira Riquena Barbosa da Paz

O Silêncio das Relações Internacionais

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Banca Examinadora da
Universidade Federal da Grande Dourados,
como pré-requisito para obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.(a) M.Sc Tchella
Fernandes Maso

**Dourados – MS
2015**

AGRADECIMENTO

Agradeço aos meus amados pais, esposo e filho, por todo apoio e incentivo dedicados a mim durante este período. Os amo com todo meu coração;

Agradeço a esta Universidade, seu corpo docente, direção e administração;

A minha orientadora Tchella Fernandes Maso pelo suporte, incentivo, auxílio e por me apresentar este tema pelo qual tenho tanto carinho;

Ao grupo de pesquisa “A Tradução do Subalterno no Projeto Político - Epistêmico de Superação da Colonialidade na América Latina” coordenado pelos Professores João Nackle Urt e Tchella Maso;

E a todos os amigos que aqui fiz, que de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho, o meu muito obrigado.

O SILÊNCIO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SILENCE OF INTERNATIONAL RELATIONS

RESUMO

Com o presente trabalho “O Silêncio das Relações Internacionais” espera-se contribuir com a difusão de olhares críticos acerca da realidade internacional. As Relações Internacionais, como disciplina acadêmica, são criadas em um momento em que tanto o colonialismo quanto o imperialismo reinavam. Porém, o tema da colonialidade se fez ausente nos discursos deste campo de estudo. Tal silenciamento, tende a provocar severas consequências, ao gerar uma limitação de temas e agendas, que acabam por perpetuar a colonialidade. Portanto, o objetivo será o de apresentar a colonialidade como eixo analítico para a compreensão das Relações Internacionais, focando especificamente no caso da América Latina. Para isso, será feita uma análise da trajetória do processo de constituição da colonialidade, que envolverá desde o seu início até a contemporaneidade. Este processo de dominação, nomeado de “colonialidade do poder” por Aníbal Quijano, inicia-se em 1492 na Europa Medieval, retratado por Dussel como o “Mito da modernidade”. Uma modernidade que nasce no momento em que se descobre a possibilidade de controle, de dominação e de violência “do outro”, momento este, que está implícito na chamada “expansão europeia” e está ausente de leituras críticas nas Relações Internacionais. Portanto, é a partir desse enredo da colonização, que várias formas de manipulação são criadas e conceitos são formados para a legitimação dos modos de controle eurocêntrico. Controle que, mesmo após as independências e formação dos Estados, principal ator nas Relações Internacionais, continuam a ser legitimados.

Palavras-Chave: Eurocentrismo; Capitalismo; América Latina; Poder; Colonialidade.

ABSTRACT

The present work is expected to contribute to the dissemination of critical looks about the international reality. International Relations was created at a time when reigned both colonialism and the imperialism. However, the theme of coloniality became absent in the speeches of this field of study. Such silencing, tends to cause severe consequences causing a limitation of themes and agendas, contributing to the perpetuation of colonialism. Therefore, the aim will be to present the coloniality as an analytical axis for understanding international relations, specifically focusing on the case of Latin America. Thereunto, an analysis of the trajectory of the constitution of colonialism process, ranging from its inception to the contemporary will be done. This process of domination, named "coloniality of power" by Aníbal Quijano, begins in 1492 in

Medieval Europe, portrayed by Dussel as the "myth of modernity". A born modernity at the time it is discovered the ability to control "the other", now that is implicit in the "European expansion" and missing critical readings in International Relations. So it is from this plot of colonization, that various forms of manipulation are created and concepts are formed to legitimize the Eurocentric control modes that follow.

Keywords: Eurocentrism; Capitalism; Latin America; Power; Coloniality.

1. Introdução

O presente trabalho é fruto dos debates realizados no grupo de pesquisa “A tradução do subalterno no projeto político-epistêmico de superação da colonialidade na América Latina”, em particular dos avanços da iniciação científica intitulada “Colonialidade e Eurocentrismo na América Latina, um olhar sobre o discurso de Aníbal Quijano”.

O Tema escolhido para este trabalho é “O SILÊNCIO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS”, a escolha do título se dá pelo silenciamento e ausência do tema colonialidade nas Relações Internacionais¹. Portanto, o trabalho possui a pretensão de apresentar, as origens colonialistas e imperialistas das Relações Internacionais, por meio das perspectivas de autores conceituados na academia. Dessa forma, o objetivo pretendido neste trabalho será o de expor a trajetória da colonização e da colonialidade, afim de mostrar que, para se entender as Relações Internacionais é preciso admitir o caráter da colonialidade como eixo analítico central para a compreensão da mesma, e de maneira particular, o contexto em que a América Latina está inserida.

Sendo assim, as práticas e as escolhas das agendas nas Relações Internacionais são formas de manutenção da colonialidade a partir do momento que, as abordagens metodológicas, estão atadas à reprodução dos discursos hegemônicos, definindo assim, o que é verdade científica e absoluta e o que é mito, inferiorizado sob o termo de senso comum.

Devido a esse silêncio da disciplina, autores latino-americanos se juntam em um grupo chamado Grupo Modernidade/Colonialidade para gritar pela América Latina, mostrando que até então as perguntas estão sendo feitas de maneira insuficiente para se

¹ Utiliza-se Relações Internacionais escrita com letra maiúscula referindo-se ao campo de estudo, e com letra minúscula quanto ao objeto de estudo.

entender a realidade sentida pelo povo latino-americano. Para tanto, serão apresentados meios sugeridos pelos autores sobre a necessidade de buscar alternativas que promovam soluções dentro do contexto latino-americano. Vale destacar que não desconsideramos o longínquo e profícuo pensamento social e político latino-americano, com raízes ainda no século XIX, e entendemos que esse é fundamental para em tempos mais recentes debruçarmo-nos nas leituras acerca da colonialidade.

A metodologia utilizada para esta pesquisa foi à exploratória por meio de revisão bibliográfica, recorrendo às perspectivas epistemológicas das Relações Internacionais de caráter interpretativista e pós-positivista, as quais não possuem a preocupação de explicar uma realidade e sim interpretá-la, para isso, serão utilizados prismas qualitativos para a análise das narrativas de autores latino-americanos pós-colonialistas, em especial, Aníbal Quijano, que apresentam leituras relevantes acerca da colonialidade, da sociedade, da economia e da política.

Para tal, num primeiro momento será discutido a constituição do campo de estudos das Relações Internacionais e seu eurocentrismo. Na sequência sob o título de “Colonialidade e seus Desdobramentos” será realizado à apresentação do Grupo Modernidade/Colonialidade, nome dado à rede em que se extraiu grande parte das referências bibliográficas para compor este trabalho, dando maior ênfase no autor Aníbal Quijano. A partir desse autor, será definido o conceito de Colonialidade (do Poder, Saber e Ser), assim como, as noções importantes para sua compreensão como a criação da ideia de raça, do eurocentrismo, do evolucionismo e do dualismo. Vale mencionar que a colonialidade deve ser compreendida como um processo diretamente vinculado à constituição e expansão do capitalismo na América Latina. Avançando na argumentação do artigo, o terceiro movimento constitui-se da exposição acerca da formação dos Estados-Nação no continente e seus silêncios: os sem-estados. Essa parte visa articular os conceitos de colonialidade e Estado, este último tão caro ao campo das Relações Internacionais. Por fim, destaca-se no último tópico as possibilidades de pensar alternativas ao modelo vigente, a fim de esclarecer que não basta desvendar os modos de opressão históricos, mas é preciso aventurar-se a refletir sobre outras formas de vida e organização social, mais justas e igualitárias. Transformando o silêncio em escutas e percebendo que este está repleto de vozes (SMITH, 2005: 2).

Nesse processo de dominação do “outro”, que tem seu marco cronológico em 1492, representando o surgimento do “mito da modernidade”, o sujeito/subalterno e a

prática objetivada do eurocentrismo se confundem por meio da imposição da violência sentida pelos colonizados de forma física, subjetiva, ideacional e identitária.

Ademais, é dentro deste contexto de dominação que a América Latina passa a fazer parte do Sistema Internacional, em que as formas de dominação e de controle do trabalho possuem como objetivo fim, alimentar o capitalismo globalizado por meio de trabalho escravo.

Dentro dessa conjuntura de colônia, iniciou-se o processo de independência e formação do Estado-Nação, principal ator nas Relações Internacionais, em que os principais habitantes da América Latina, indígenas, negros e mestiços, foram impedidos de participar da então nova política. Estes excluídos, foram induzidos a se tornarem indivíduos sem-Estado, dentro do Estado, resultando em uma falta de sentimento de pertença pelo local agora sob domínio dos imigrantes europeus.

Torna-se perceptível que o povo da América Latina busca alternativas para pensar sua realidade de dentro para fora, rompendo com o costume de buscar respostas de fora para dentro, buscando meios de romper com o eurocentrismo e caminhando para que a realização de mudanças, sejam elas utópicas ou heterotópicas, aconteçam.

Para tanto, com o presente trabalho anseia-se contribuir para o debate das Relações Internacionais, apresentando a necessidade de novas configurações para se pensar o internacional, com embasamento em autores que analisam e discutem a realidade latino-americana e além dela, buscando despertar um novo horizonte e novas formas de pensar.

2. O Silêncio das Relações Internacionais

A verdade foi oferecida ao mundo de acordo com os interesses dos governantes (BURGHARDT,1946 apud JONES, 2006: 1). Diante desse registro, desse hábito de se apresentar a verdade conforme os interesses das grandes potências que as Relações Internacionais foram criadas, “no rescaldo da Primeira Guerra Mundial com a criação da Primeira Cátedra de Política Internacional da Universidade de Gales, Aberystwyth, em 1919”, em um momento em que tanto o colonialismo quanto o imperialismo reinavam, passando a ser como ponto de referência mundial a história interna da Europa

e o pensamento clássico europeu, formando um conjunto de noções ideológicas e racistas que ajudaram a legitimar a violência (JONES, 2006: 1-2).

A trajetória da disciplina de Relações Internacionais apresenta as mesmas falhas do momento de sua criação, pois permanecem com o mesmo discurso de desvalorização do mundo não-ocidental (JONES, 2006: 1-3), ainda nutrindo sua “matriz epistemológica empiricista e racionalista” gerando assim, consequências na limitação dos temas e agendas do campo de estudo (MASO; SELIS, 2012: 134).

Portanto, sendo essa uma disciplina com pretensão de ser internacional ela não pode manter suas raízes imperialistas e se esquecer de um processo histórico tão importante, que é a libertação política do domínio colonial, acomodando-o nos termos de “a expansão da sociedade internacional” (JONES, 2006: 1-3). Um exemplo de como o pensamento clássico europeu ajudou a promover a colonialidade estão nas palavras de Kenneth Waltz, de que “seria absurdo construir uma teoria de las relaciones internacionales basada en países como Malasia y Costa Rica” (apud TICKNER, 2013: 7), exemplificando assim a marginalidade que o restante do mundo ocupa dentro do campo das Relações Internacionais.

Outro campo de estudo forjado no mesmo período colonial é a antropologia, porém esta passa por um momento de remodelagem de suas bases, para que assim elaborem uma nova configuração para a disciplina, o mesmo procedimento se faz necessário para o campo das Relações Internacionais, que permanecem enraizadas no imperialismo com características baseadas em relações, doutrinas e práticas de exclusão. Citando Edward Said, Jones afirma que nas Relações Internacionais não se desenvolveu “uma consciência aguda e envergonhada da configuração imperial onipresente e inevitável” (apud JONES, 2006: 2).

Sendo as Relações Internacionais Modernas, enraizadas no Sistema Internacional Europeu, nascido da Paz de Westphalia e tendo gerado uma configuração internacional baseada no poder das grandes potências, tornou-se senso comum na área que a atual sociedade internacional foi gerada a partir do “sistema europeu universalizado”, tratando a história interna da Europa como algo intocado e sendo um marco de “iluminação, modernidade, democracia, soberania e direitos” para fomentar a teorização das Relações Internacionais Modernas (JONES, 2006: 4).

Destaca-se o fato de que começaram a surgir críticos acadêmicos que trouxeram para o debate das Relações Internacionais diferentes narrativas com pretensões de formar uma nova corrente teórica, elaborando assim uma crítica pós-colonial para as

Teorias de Relações Internacionais, ressaltando que até então o pós-colonial estava em situação de marginalização no campo das Relações Internacionais. Conforme Boaventura, o termo “pós-colonial” se refere tanto a um dado momento histórico em que ocorre a ruptura da colonização com as independências e formação dos Estados, quanto à emancipação dos discursos colonialistas sob a perspectiva do colonizado, recusando qualquer tipo de essencialismo político, social ou étnico, sendo o marco temporal do Pós-colonialismo a obra de Edward Said, *Orientalismo* (apud ARAÚJO, 2009: 216-219).

Para tanto, a intenção destes críticos é a de descolonizar as Relações Internacionais, criando “imperativos metodológicos e políticos de enfrentamento das Relações Internacionais” que visem descolonizar o conhecimento, desconstruindo a autoconfiança do campo de estudo, expondo o mito do “passado privilegiado, genealogicamente útil, ..., que exclui elementos indesejados, vestígios e narrativas” que “silencia e nega a historicidade das sociedades não-ocidentais”. Essa necessidade de descolonização das Relações Internacionais se refere principalmente às Teorias de Relações Internacionais, por deturparem a ordem internacional (JONES, 2006: 7), e por se constituírem “como uma fortaleza ocidental, como um muro do Império que tem negado (re)conhecer a própria colonialidade de sua condição” (ARAÚJO, 2009: 220).

3. Colonialidade e seus Desdobramentos

Nos anos 1990 um grupo formado por cientistas sociais latino-americanos criou um movimento de resistência teórico e prático, que visava uma “renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina” (BALLESTRIN, 2013: 89). Arthur Escobar nomeou este movimento como “Grupo Modernidade/Colonialidade” (BALLESTRIN, 2013: 99), o qual buscava uma releitura histórica com o intuito de localizar as raízes de antigos problemas que ainda afetam a contemporaneidade.

O Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) despontou com força a partir de 1998 com a realização de um encontro ocorrido na Venezuela com apoio da CLACSO².

² Conselho Latino-americano de Ciências Sociais.

Entre seus principais integrantes estão, Edgar Lander, Arturo Escobar, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Fernando Coronil, após essa primeira configuração juntaram-se a este grupo como associados Ramon Grosfoguel, Agustín Lao-Montes, Immanuel Wallerstein, Santiago Castro Gomez, Oscar Guardiola, Zula Palermo, Freya Schiwy, Javier Sanjines, Catherine Walsh, Nelson Maldonado, Jose David Saldivar, Lewis Gordon, Margarida Cervantes, Linda Alcoff, Eduardo Mendieta, Elina Vuola, Marisa Belausteguigoitia, Cristina Rojas e Boaventura de Souza Santos (BALLESTRIN, 2013: 97-98).

O método de investigação utilizado por este grupo é a análise de longa duração. Portanto eles iniciam sua pesquisa a partir do ano de 1942, ano que se inicia o projeto da modernidade, ou como é chamado por Enrique Dussel o “mito da modernidade”. O “mito da modernidade” foi assim nomeado sob a justificativa que, sendo a colonialidade constitutiva da modernidade, foi exatamente neste período que se inicia o projeto europeu de encobrimento do mundo e do outro, por meio da tríade da colonialidade do poder, saber e do ser camuflados na chamada “expansão europeia”. Apesar das independências políticas das ex-colônias, primeiro na América Latina e, posteriormente, nos continentes africano e asiático, a condição colonial se perpetua. Como explicam representantes do grupo:

La colonialidad es un fenómeno histórico mucho más complejo [que el colonialismo] que se extiende hasta nuestro presente y se refiere a un patrón de poder que opera a través de la naturalización de jerarquías territoriales, raciales, culturales y epistémicas, posibilitando la re-producción de relaciones de dominación; este patrón de poder no sólo garantiza la explotación por el capital de unos seres humanos por otros a escala mundial, sino también la subalternización y obliteración de los conocimientos, experiencias y formas de vida de quienes son así dominados y explotados (RESPREJO, 2010:15).

Por meio de conceitos elaborados por integrantes do grupo, principalmente os de Aníbal Quijano, foi feita uma análise investigativa do processo de formação da América Latina, explanando-se os métodos utilizados pelos europeus durante a colonização.

3.1. Aníbal Quijano

Aníbal Quijano nasceu em 1928 em Yanama (Peru), é um sociólogo e pensador humanista, conhecido por ter desenvolvido o conceito de colonialidade do poder, que nos anos 1960, ganhou forte destaque passando a ser amplamente debatido (CLÍMACO, 2014: 15). Desde então, seu trabalho tem sido influente nas áreas de estudos pós-coloniais, e defendemos que é uma ferramenta para a análise das relações e diálogos sociais nas relações internacionais.

Quijano iniciou sua graduação em 1948 na "Facultad de Ciencias de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos", e atualmente é Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Binghamton, Nova Iorque. Quijano é um intelectual de destaque nas Ciências Sociais, tendo ocupado vários cargos como professor convidado em universidades em todo o mundo, sendo a Universidade de São Paulo uma delas. É fundador e diretor da "Cátedra América Latina y la Colonialidad del Poder" na universidade Ricardo Palma em Lima (CLÍMACO, 2014: 15).

Quijano é um dos integrantes do Grupo M/C que mais se sobressaiu, vale ressaltar que devido ao seu destaque passou a ser alvo de grandes críticas como a de Ramon Grosfoguel, integrante do mesmo grupo. Grosfoguel o acusa de praticar o “universalismo colonial”, de não citar suas fontes em seus artigos, alegando que Quijano é a cara da inferiorização epistemológica do outro (GROSFOGUEL, 2013: 44). Apesar das graves acusações, que até então não foram provadas, é importante admitir que o conceito de colonialidade do poder de Quijano, nos levou a refletir sobre as características da América Latina dentro do padrão de poder capitalista, revisando a identidade latino-americana, as culturas políticas sociais e a descolonização do poder (CLÍMACO, 2014: 18,19).

3.2. Colonialidade do Poder

A história da América dentro do novo padrão de poder mundial surge como sendo o primeiro projeto do colonialismo, a primeira identidade da modernidade, para

que isso ocorresse, foram criadas diversas formas de controle e de dominação exigidas para o êxito da conquista (QUIJANO, 2005a: 117). Conforme Quijano,

La colonialidade es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia social cotidiana y a escala societal. Se origina y mundializa a partir de América (QUIJANO, 2000: 342).

A conquista, como fruto da colonialidade do poder sentido e vivenciado pelo povo latino-americano, demonstra a encarnação da violência bruta, cruel e sanguinária, que nada poupou em virtude do capitalismo e do falso progresso, a total desumanização do ser humano narrado por Jean-Paul Sartre:

A violência colonial não tem somente o objetivo de garantir o respeito desses homens subjugados; procura desumanizá-los. Nada deve ser poupado para liquidar as suas tradições, para substituir a língua deles pela nossa, para destruir a sua cultura sem lhes dar a nossa; é preciso embrutecê-los pela fadiga. Desnutridos, enfermos, se ainda resistem, o medo concluirá o trabalho (apud FANON, 1968: 9).

Para que tal violência colonial ocorresse utilizaram como eixo de sustentação deste novo padrão de poder a criação da ideia de raça e a articulação de todos os meios possíveis para o controle do trabalho, dos recursos e produtos, visando o abastecimento do mercado mundial (QUIJANO, 2005a: 117) e é, nesse contexto, que o capitalismo se junta à história da América, fomentando a colonialidade e transformando-a em global pelas ferramentas da colonialidade do poder, saber e ser.

3.2.1. Raça

Da criação da “ideia de raça” nasce o novo sistema de dominação social, o racismo, um instrumento considerado como sendo o de maior êxito, já que perdura na contemporaneidade. Essa ferramenta se tornou excepcional para o novo padrão de poder, levando os europeus a defenderem uma superioridade natural possibilitando assim, que os colonizadores legitimassem sua dominação baseados na diferenciação

fenotípica. O projeto lançado culminou em uma classificação social básica, conhecida como hierarquia, estabelecendo os papéis sociais de cada nova raça dentro desse novo formato de sociedade (QUIJANO, 2005b: 17).

Inicialmente esse projeto ideológico de raça diferenciou os conquistadores dos conquistados, logo após serviu como referência às estruturas biológicas diferenciadas adentrando as relações sociais e produzindo assim, novas identidades que até então não existiam, como índios, negros e mestiços, sendo utilizada juntamente a codificação das cores como método de distinção fenotípica: branco, negro, amarelo e oliváceo (QUIJANO, 2005a:117). A população passou a ser classificada conforme uma paleta de cores, tendo o europeu se denominado como branco e estando no topo da pirâmide hierárquica.

As vítimas desta destruição histórico-cultural na produção de identidades racializadas foram os negros, sequestrados do que conhecemos hoje por África, os indígenas habitantes legítimos da América Latina e os mestiços. A partir da implantação da ideia de raça, emergem o modelo de ordem social, patriarcal e impositiva chamado por Quijano de “colonialidade das relações entre sexos³”, sendo o homem branco superior à mulher branca, o homem negro e indígena superior à mulher negra e indígena, porém toda mulher branca era racialmente superior a qualquer homem negro ou indígena (QUIJANO, 2005b: 17-18).

A ideia de raça foi articulada para atuar em razão do capital, a fim de estabelecer a função que cada nova identidade dentro desse novo sistema de controle do trabalho, dessa forma, esse instrumento de dominação permitiu uma relação binária de superioridade/inferioridade tornando-se assim, a ferramenta mais eficaz da dominação (QUIJANO, 2005a:117).

3.2.2. O Capitalismo na América Latina

³ María Lugones critica e amplia essa compreensão ao definir a colonialidade de gênero no artigo “Colonialidad y género”.

Devido à classificação social por meio da ideia de raça, os colonizadores puderam utilizar esta ferramenta para legitimar o controle do trabalho, da produção, apropriação e distribuição dos produtos para o mercado mundial, formando uma relação chamada de capital-salário, porém, vale ressaltar, que os colonizados não recebiam nenhum tipo de benefício remunerado, seja de salário, já que os negros eram escravizados, ou de proteção feudal no caso da servidão destinada aos indígenas após o quase genocídio causado pelo trabalho forçado até a morte. Devido à inferioridade dessa classe em relação aos europeus, eles foram considerados indignos de pagamento de salário (QUIJANO, 2005a:120).

Assim, o capital se junta na história da América por meio da escravidão e da servidão, produzindo uma geografia social do capitalismo, configurando um novo padrão global de controle do trabalho. Tal problemática foi dividida por Quijano em três etapas: organização para a produção de mercadorias; ação conjunta entre capital e mercado e o preenchimento de novas funções, assim desenvolvendo novos traços e novas configurações. A ação conjunta e simultânea entre controle do trabalho, recursos e produtos funda o capitalismo mundial (QUIJANO, 2005a: 118).

Sendo a América rica em recursos naturais somados com sua localização geográfica na vertente do Atlântico, possibilitou que os europeus acessassem o ouro e a prata, permitindo que eles tivessem uma grande vantagem no escoamento da mercadoria. Esse benefício de escoamento adicionado ao trabalho forçado dos escravos e sua mão de obra gratuita, permitiu que os colonizadores entrassem no mercado mundial e assumissem o controle do mercado da China, Egito, Síria, Oriente Médio e Extremo. Dessa forma, foi possível que a dominação colonial se expandisse a outros povos, assim como, realocou a Europa como sede central do processo de mercantilização e da modernidade (QUIJANO, 2005a: 119).

Compondo-se assim como sede central desse novo padrão de poder capitalista, a Europa se estabelece como o coração do mundo, assumindo o papel de organizadora na distribuição da posição social geográfica do capitalismo mundial, incorporando para si o restante do planeta como seu “sistema-mundo⁴”, reconfigurando por meio do

⁴ Teoria do sistema mundo: perspectiva marxiana do capitalismo no sistema mundial e suas relações determinantes de longa duração histórica (QUIJANO, 2000: 344).

capitalismo global histórias culturais dos países dominados, como no caso da África, Ásia e Oceania, impondo sua hegemonia no controle do conhecimento e no controle da produção (QUIJANO, 2005a: 120).

Esse controle do conhecimento desapropriou as civilizações colonizadas e formatou novas identidades geoculturais por meio da repressão das formas de produção de conhecimento eurocêntrico, deste modo, transformando inúmeras histórias em um único conto europeu (QUIJANO, 2005a: 121).

O sucesso da Europa Ocidental, em se colocar como centro do sistema-mundo, provocou um sentimento em comum nos europeus que foram passados a todos os dominadores, o “etnocentrismo”. Dessa forma, tornando a modernidade e a racionalidade como produtos originários dos europeus, transformando o “outro” em selvagem e o realocando no passado em completo estado de natureza, enquanto o “eu” europeu como sendo o resultado de uma evolução civilizatória (QUIJANO, 2005a: 121-122).

3.3. Colonialidade do Saber: Modernidade e Eurocentrismo

Entende-se por colonialidade do saber a marginalização de qualquer outro tipo de conhecimento que não seja de origem europeia, uma “massiva formação discursiva” imposta para ser universal e excludente (LANDER, 2005: 9). Descrito por Dussel como “geopolítica do conhecimento”, que expõe “o processo histórico pelo qual o ego cogito cartesiano “Penso, logo existo” precedido, desde a expansão colonial europeia, pelo europeu ego conquistus “Conquisto, logo existo” (apud ARAÚJO, 2009: 224).

Portanto, essa “massiva formação discursiva” foi iniciada com a denominação da Europa como protagonista e criadora da modernidade, culminando no que conhecemos hoje como eurocentrismo, uma forma de conhecimento produzido na Europa Central do século XVII para servir ao padrão mundial do poder capitalista, com racionalidade específica e sendo mundialmente hegemônico (QUIJANO, 2005a: 126).

Contrariando a narrativa de modernidade europeia Quijano traz como conceito de modernidade o avançado e a novidade, sendo possível acontecer em todas as culturas, inclusive as consideradas primitivas e arcaicas na perspectiva eurocêntrica como “Machu Pichu, Boro Buder, as pirâmides e os templos”. Ressaltando que essas antigas civilizações possuíam alta tecnologia muito anterior à formação da nova identidade da Europa que se denominou como civilização moderna (QUIJANO, 2005a: 122). Portanto a modernidade eurocêntrica é:

Um dispositivo de conhecimento colonial e imperial em que se articula essa totalidade de povos, tempo e espaço como parte da organização colonial/imperial do mundo. Uma forma de organização e de ser da sociedade que transforma-se mediante este dispositivo colonizador do conhecimento na forma “normal” do ser humano e da sociedade. As outras formas de ser, as outras formas de organização da sociedade, as outras formas de conhecimento, são transformadas não só em diferentes, mas em carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas. São colocadas num momento anterior do desenvolvimento histórico da humanidade (Fabian, 1983), o que, no imaginário do progresso, enfatiza sua inferioridade. Existindo uma forma “natural” do ser da sociedade e do ser humano, as outras expressões culturais diferentes são vistas como essencial ou ontologicamente inferiores e, por isso, impossibilitadas de “se superarem” e de chegarem a ser modernas (devido principalmente à inferioridade racial) (LANDER, 2005: 13).

Destaca-se que geoculturalmente, a primeira identidade estabelecida foi a da América e, posteriormente, a Europa, ou seja, a segunda como consequência da primeira. Portanto, essa nova identidade moderna europeia foi construída através do trabalho forçado dos indígenas, negros e mestiços da América e das riquezas aqui encontradas, porém é na Grécia que os europeus afirmam sua origem e sua linhagem (QUIJANO, 2005a: 127).

Por fim, a modernidade eurocêntrica, como meio de legitimar todas as atrocidades cometidas, cria o dualismo (europeu/não europeu, primitivo/civilizado, tradicional/moderno), o evolucionismo (do estado de natureza à sociedade europeia), a ideia de raça e a realocação no tempo histórico (o não europeu colocado no passado) (QUIJANO, 2005a: 127). Tais temas serão explanados ao longo do texto de maneira mais detalhada e possibilitará que entendamos como a atuação conjunta dessas formas agiu na modificação do Ser colonizado.

3.4. Colonialidade do Ser

Estando em um dos eixos que sustentam a colonialidade do poder, a colonialidade do ser está inserida nos efeitos causados de forma intersubjetiva, identitária e ideacional na colonização, assim como o seu impacto na linguagem. Para Mignolo:

La ciencia (conocimiento y sabiduría) no puede separarse del lenguaje; los lenguajes no son sólo fenómenos ‘culturales’ en los que la gente encuentra su ‘identidad’; estos son también el lugar donde el conocimiento está inscrito. Y si los lenguajes no son cosas que los seres humanos tienen, sino algo que estos son, la colonialidad del poder y del saber engendra, pues, la colonialidad del ser (Apud MALDONADO, 2007: 130).

A “colonialidade do Ser” foi capaz de adentrar o interior de cada indivíduo colonizado, tornando natural sua inferioridade em relação a sua natureza material e sua capacidade histórico-cultural, conforme o desejo dos colonizadores (QUIJANO, 2005b: 17).

O pouco do que restou da cultura do colonizado, ou seja, do seu próprio Ser, foi aquele que o colonizador permitiu. Um exemplo dessa permissão está na dança e na religiosidade, em que ambas serviam para conter a agressividade do oprimido conforme a perspectiva do colono, quando na verdade eram formas, deste oprimido, fugir do desespero e da humilhação (FANON, 1968: 12-43).

Tais humilhações eram constantes, até o simples ato da fala era carregado de racismo, pois a linguagem destinada ao colonizado por parte do colono, era uma linguagem zoológica. Quando algo levava este colonizador a acreditar que o oprimido pudesse estar se rebelando, este o rebaixava até que ele dissesse em alto e bom som o quando valorizava a supremacia dos brancos. Estando o colono satisfeito, fazia-o garantir de que o pensamento da burguesia tornava-se parte dos seus próprios pensamentos (FANON, 1968: 31-37).

Essas formas de constantes humilhações permitiram que o colonizador europeu obtivesse êxito. Essas desonras se legitimavam através dos meios implantados, como o evolucionismo, o dualismo, o novo dualismo e o etnocentrismo, que serviram e que servem para dar seguimento à colonialidade, mesmo após o fim da colonização.

3.4.1. Evolucionismo, Dualismo e Novo Dualismo

Conforme o evolucionismo do modelo eurocêntrico há uma linha linear e unidirecional da civilização moderna, um processo que tem seu início no estado de natureza e que culminará em um estado evolutivo. Para que ocorra esse processo de evolução o colonizado considerado como selvagem, deveria seguir os passos de seu colonizador. Nessa linha evolutiva estavam os negros, os indígenas e os mestiços, próximos ao estado de natureza, enquanto a mulher negra se encontrava dentro desse estado de natureza, ou seja, a forma mais primitiva do ser humano (QUIJANO, 2005a: 129).

Já com o Dualismo realizou-se a separação do corpo e da alma efetivado pelo cristianismo, pois para o cristianismo os negros e os indígenas não possuíam alma, eram apenas seres terrestres que precisavam encontrar o caminho da salvação (QUIJANO, 2005a: 127), criou-se um senso binário e marginal em que qualquer coisa terrestre era considerada demoníaca (GROSFOGUEL, 2013: 39) dificultando assim o avanço da ciência.

Como a ideologia da Igreja havia se transformado em ideologia do Estado e do Poder, o dualismo acabou sendo um entrave para a ciência, já que tudo que ameaçasse o poder da Igreja era reprimido. Torna-se importante lembrar-se dos genocídios que ocorreram no século XVI contra os judeus e muçulmanos em Andalucía, contra os indígenas e africanos nas Américas e contra as mulheres na Inquisição. Devido a essa repressão, iniciou-se um processo de liberação das estruturas da Igreja, emergindo “o europeu como centro epistêmico privilegiado do mundo”, na lógica do “eu penso, logo existo” fundamentando as novas ciências modernas (GROSFOGUEL, 2013: 39-40), surgindo um novo tipo de dualismo que continuaria a legitimar a colonização, o novo dualismo.

Durante os séculos XV e XVI o dualismo enfatizou a “alma”, porém com Descartes houve uma mutação desse dualismo, o que antes era corpo e não-corpo, passou a ser “razão/sujeito” e “corpo”. A razão, capaz de um conhecimento racional e o corpo, como objeto de conhecimento. Devido a essa leitura eurocêntrica, as raças inferiores foram tratadas como seres não-rationais, convertendo-se em seres passíveis de dominação e de exploração, afetando tanto as relações raciais de dominação quanto as relações sexuais. Quijano acredita que a ideia de gênero tenha surgido a partir desse novo e radical dualismo da “perspectiva cognitiva eurocentrista” (QUIJANO, 2005a: 128-129).

Esta total separação entre mente e corpo deixou o mundo e o corpo vazios de significado e subjetivou, radicalmente, a mente. Esta subjetivação da mente, esta separação entre mente e mundo, colocou os seres humanos numa posição externa ao corpo e ao mundo, com uma postura instrumental frente a eles, (APFFEL-MARGLIN apud LANDER, 2005: 8).

A separação do corpo e não corpo foi comum na história da humanidade (QUIJANO, 2005a: 128), porém em outras culturas foi possível que ambas existissem juntas como uma “unicidade dentro da diversidade” ou uma “diversidade dentro da unicidade” (GROSFOGUEL, 2013: 39), inseparáveis do indivíduo.

Dentro desse dualismo eurocentrado, Boaventura destacou a problemática do pensamento abissal, como sendo a impossibilidade dos dois lados da linha, o “eu e o outro” coexistirem, deixando que o outro se torne invisível aos olhos, (SANTOS, 2007: 76), ou apenas aguardar que o processo evolutivo se concretize e o não-europeu se torne um pré-europeu pelas falsas ideias do progresso ou aguardando que o “outro” se modernize (QUIJANO, 2005a: 129). E foi justamente devido a essa falsa ideia de progresso e de modernização que se constituiu a formação dos Estados na América Latina.

Portanto percebe-se que a colonialidade e seus desdobramentos são como teias ligando todos os acontecimentos, visando à legitimação da violência que acaba por manter os indivíduos conquistados em situação permanente de subalternidade.

3.5. Constituição dos Estado-Nação na América

Para que possamos compreender como o eurocentrismo nos afeta de forma direta na contemporaneidade, precisamos voltar para o momento da implantação do Estado na América. Este episódio é um exemplo das consequências da modernização/progresso, impostas pela colonialidade na formação do Estado-Nação. O modelo de Estado se baseou na democracia política e na cidadania, dessa forma englobando igualdade jurídica e civil de pessoas, que dentro do padrão de poder e das relações sociais eurocêntricas, estavam desigualmente situadas. Como eixo sustentador deste modelo de Estado, está o poder, que além de ser um dos elementos principais desse ator é também

considerado como um produto do mesmo, sendo sempre a imposição de uns sobre outros, “um espaço de dominação disputado e conquistado” (QUIJANO, 2005a: 130).

O processo de formação do Estado na Europa iniciou-se com a colonização de grupos políticos sobre comunidades estrangeiras, que ocorreram paralelamente com a colonização na América. Dentro desse movimento histórico ocorria, a colonização interna, que se baseava na dominação de povos com identidades diferentes dentro de um mesmo território e a colonização externa, que foi a dominação de territórios e de povos que não pertenciam ao espaço interno do colonizador (QUIJANO, 2005a: 131).

A fim de apresentar as diferenças ocorridas nos processos de colonização e de implantação do Estado na América, Quijano passa a analisar primeiramente os Estados Unidos e depois o Cone Sul. Dessa forma a colonização americana ocorreu em um território considerado pequeno, estando os indígenas em outro território não colonizado. Diante disso, não houve disputa de territórios entre eles chegando a ter uma relação pacífica de comércio e de aliança militar na guerra entre os colonialistas e os franceses. Porém, quando ocorreu a independência dos Estados Unidos os indígenas ficaram excluídos da formação deste novo Estado Nação, passando a ocupar o lugar de estrangeiros no território americano sendo depois quase exterminados na expansão territorial. Os sobreviventes desta expansão tornaram-se raça colonizada. Fato semelhante ocorreu no Brasil, pois grande parte dos indígenas estavam situados na Amazônia passando a ser tratados como estrangeiros no País no processo de independência (QUIJANO, 2005a: 131-135).

No Cone Sul⁵ da América Latina o processo de formação do Estado não foi muito diferente, pois, apesar dos indígenas serem a maioria na população, estes também não foram integrados a essa nova sociedade. O que ocorreu, foi um quase extermínio para que através da imigração os europeus pudessem homogeneizar rapidamente a nova sociedade. Essa imigração europeia, especificamente em Buenos Aires, chegou à soma de 80% da população, esse processo ocorreu primeiramente na Argentina e no Uruguai no século XIX e depois no Chile no início do século XX (QUIJANO, 2005a: 132-133).

No entanto, a população europeia vinda para Argentina não encontrou estruturas e identidades fortes para se incorporar e se identificar a ela, devido à concentração de terras e de poder nas mãos de um grupo fechado. Sendo esta a principal diferença com a formação do Estado nos EUA, que com um vasto território democratizou a distribuição

⁵ Argentina, Chile e Uruguai

de recursos, tendo desde o início se configurado em um Estado-Nação, já que a população possuía algo em comum que era defender sua propriedade. Dessa forma, levou tempo para que os novos habitantes da Argentina adquirissem uma identidade nacional. Já no Chile e no Uruguai, os imigrantes europeus, ao contrário da Argentina, encontraram um Estado com uma identidade formada e consolidada. Portanto, é fato que os países colonizados tiveram processos de independência baseados em sociedades coloniais (QUIJANO, 2005a: 132-134). Nesse sentido, tal problemática de impossibilidade de formação de um Estado-Nação, se deu principalmente pela dependência econômica dos brancos em relação aos negros, indígenas e mestiços, pois dependiam da dominação destes indivíduos para manterem seus status e privilégios. Diante disso, não havia nada em comum entre eles quanto ao interesse social e nacional, dessa forma os dominadores mantiveram seus interesses alinhados aos interesses europeus (QUIJANO, 2005a: 134).

Vale ressaltar que, enquanto a Europa e os Estados Unidos transformavam sua economia em capital industrial, o colono latino-americano não conseguia copiá-los, pois isso implicava na libertação dos índios e negros, e principalmente, abrir mão do trabalho escravo (QUIJANO, 2005a: 135).

O que houve com os países da América do Sul foi uma dependência histórico-estrutural, que culminou em uma subordinação econômica. Com a crise mundial econômica dos anos 1930, iniciou-se o processo de industrialização, uma nova fase que se fazia necessária. No entanto, essa fase representou uma reorganização da colonialidade do poder e não um processo de desenvolvimento do Estado Nação (QUIJANO, 2005a: 135). Em uma tentativa de entender o porquê que esse modelo de progresso não deu resultados positivos na América Latina, encontramos a resposta em Dussel, que explica que apesar do modelo econômico dos países desenvolvidos terem sido copiados pelos países latino-americanos, estes não tiveram o mesmo êxito devido ao processo de exploração sentido pelos países da América Latina, que adentraram de maneira desigual na divisão internacional do trabalho (DUSSEL, 1997: 260).

Quanto aos problemas históricos e ideológicos do Estado Nação, o que impediu a nacionalização da sociedade da América Latina foi à falta de objetivos comuns. Para Quijano a nacionalização descrita pela história depende de uma democratização da sociedade, formando um espaço de identidade e de interesses em comum, para assim, constituir um Estado democrático. Porém, a imposição da ideia de raça, historicamente,

sempre limitou a construção de uma Nação, sendo necessária a admissão de que ela é um fator básico na problemática nacional (QUIJANO, 2005a: 135-136).

Para a autora Judith Butler, que vem reafirmar alguns dados apresentados pelo autor Aníbal Quijano, essa problemática do Estado-Nação está na desqualificação social, que inclui raça, gênero e nacionalidade, no impedimento da obtenção da cidadania, convertendo esses indivíduos em pessoas sem-Estado (BUTLER, 2009: 53).

3.5.1. Os sem-Estado

Para a análise do que seria um “Sem-Estado”, é fundamental a compreensão do que é um Estado e o que é uma nação, já que ambos podem estar desassociados e desvinculados, sendo geradores e mantenedores dos indivíduos considerados subalternos⁶, portanto, conforme Araújo o conceito de Estado é,:

Problemático, pois refere-se a uma realidade, em grande medida, própria do Ocidente moderno. Tratar todos os Estados-nação do mundo como unidades unitárias e que compartilham as mesmas características de suas contra-partes ocidentais só pode ser um erro (ARAÚJO, 2009: 223).

A definição de Estado é de uma estrutura legal e institucional que delimita certo território, servindo assim de matriz tanto para os direitos quanto para as obrigações do cidadão, dessa forma, definindo quais as condições jurídicas que irão vincular o indivíduo ao Estado (BUTLER, 2009: 44). Enquanto que a Nação, esta vinculada a um sentimento intrínseco de pertencer a algum lugar, de ver que o local em que o indivíduo está estabelecido como sendo genuinamente a sua casa. Portanto, espera-se que o Estado apresente meios e objetivos que sejam ideais e comuns a toda sua população, para que dessa forma, os indivíduos adquiram o sentimento de pertença e assim produzam uma verdadeira e simbólica Nação. Porém, esse mesmo Estado em que se espera e aguarda que apresente formas de amparo e cuidados, pode agir de forma diversa e contrária ao esperado, expulsando ou suspendendo os modos de proteção legal e deveres,

⁶ Subalternos: sujeitos silenciados no processo de expansão da narrativa moderna (MASO; SELIS, 2012: 141).

provocando a falta ou a perda desse sentimento que filia um indivíduo ao Estado (BUTLER, 2009: 45).

Contudo, mesmo quando o cidadão se encontra nessa forma de desapropriação, isso não significa que ele está fora da política, e sim que ele está em uma situação de poder militar, em que as funções jurídicas de proteção foram convertidas em direitos das forças armadas, ou seja, a formação da vida do indivíduo é circundada pelo poder e pela coerção produzida para a manutenção do status quo do Estado (BUTLER, 2009: 46).

Além das minorias nacionais que podem ser classificadas como sem-Estado, por não receberem os cuidados necessários para que estes desejem fazer parte do Estado, existem outras categorias que também podem ser incluídas no tema de sem-Estado. Entre eles estão, os refugiados, que são aqueles que foram expulsos por meio da força, sem local prévio definido para ir; o indivíduo que está em uma condição de trânsito ou até mesmo aquele que pode entrar em um Estado sem ser um cidadão, estando em uma condição de exclusão de direitos e deveres jurídicos, que são requisitos básicos para a obtenção da cidadania; e os prisioneiros de guerra, que o governo justifica suas ações apelando para a soberania, ou seja, o poder não é o mesmo que a lei (BUTLER, 2009: 46-47).

Portanto, a categoria de sem-estado apresentado é reproduzida não exclusivamente pelo Estado Nação, mas por toda uma operação conjunta de poder que visa alinhar por meio da força e da coerção a nação com o estado, utilizando os elos de uma corrente. Nesse sentido, o Estado Nação é aquele que expulsa e contém as minorias nacionais passando a supervisioná-las, transformando o Estado-Nação em uma instituição vigilante e intervencionista (BUTLER, 2009: 51-52), que para manter sua soberania agirá de forma arbitrária, violando leis e criando outras, conforme seus interesses e necessidades (BUTLER, 2009: 68).

Para o Estado-Nação, a nação se expressa através de uma identidade nacional e que se funda através do consenso coletivo de uma nação, havendo uma correspondência entre o Estado e a Nação. Assim, o Estado se transforma em algo singular e homogêneo, ou pelo menos tenta se tornar homogêneo para cumprir com os requisitos de um Estado. A legitimação de um Estado vem de sua Nação, sendo assim, as minorias são consideradas habitantes ilegítimos, privadas do peso ontológico e assim elas são mantidas, a margem da sociedade por causa da sua heterogeneidade. Portanto, o Estado-Nação só poderá reiterar sua base de aceitação nacional e internacional produzindo, literalmente, uma nação que servirá de base para sua legitimação, ou seja, um Estado-

Nação deve se purificar de sua heterogeneidade, a menos que, onde exista pluralidade, se permita uma reprodução de homogeneidade (BUTLER, 2009: 65), pois conforme Jones “as margens ou periferias são os loci privilegiados a partir dos quais se pode subverter o poder” (JONES, 2006: 222).

Dessa forma, a classificação dessas minorias como sem-Estado, nada mais é do que a herança deixada pela colonização e mantida pela colonialidade. O ideal de Estado e de democracia eurocêntrico são mantidos e tomados por um conjunto de noções ideológicas e racistas aceitas tanto pelo Estado quanto pela Sociedade Internacional, e transmitidas dessa forma pelas Relações Internacionais sob a falácia da busca pelo progresso.

4. Utopia e Revolução Na América Latina

Com a colonização, surgiram simultaneamente, a América Latina, o capitalismo e a modernidade, que atualmente se encontram em uma crescente crise mundial. Mundial por se tratar de que, tanto o capitalismo quanto a modernidade, são os eixos de suporte do padrão atual de poder (QUIJANO, 1993: 60). A referida crise do capitalismo estaria na “revolução científico-tecnológico”, na possibilidade real de produção de produtos sem a intervenção humana direta no manuseio, resultando em uma onda de desemprego massivo. Enquanto que a crise da modernidade estaria no modelo eurocêntrico que domina nosso conhecimento e nossa cultura acabando por refletir uma crise na América Latina sobre o padrão civilizatório, que passa a debater e criticar esse modelo hegemônico. Tais crises devem ser estudadas em conjunto, dessa forma, interligando-as para compreender os motivos e a conjuntura do período atual. (QUIJANO, 1993. 60-61).

Devido à crise do conhecimento eurocêntrico, abordada como modernidade acima, abriu-se um campo de estudos e de críticas abundantes sobre a pós-modernidade⁷ (QUIJANO, 2005a: 128), fazendo emergir uma vasta coalizão social que poderá gerar um novo movimento mundial da sociedade (QUIJANO, 2007: 3).

⁷ "A pós-modernidade é tanto um discurso crítico sobre a presunção do imaginário da "modernidade" quanto uma caracterização do presente histórico em que é possível tal discurso" (MIGNOLO, 2003: 136).

Portanto, é imprescindível pensar e refletir sobre a América Latina como fruto da colonialidade, porém além desse segmento, tem que se considerar o cotidiano dos indivíduos latino-americanos e nossas próprias práticas acadêmicas, afim de, verificar qual o local que a América Latina ocupa dentro desse cenário, ou melhor, qual o local que idealizamos para o futuro desta terra (HENRIQUE, 2012: 14).

Ao mesmo tempo em que a América Latina é um “objeto de investigação sociológica” concreta, ela também passa a ser, um projeto utópico construído por intelectuais que desenham como ela deveria ser dentro vários mundos possíveis. Esse desejo ilusório ou essa representação ideológica se concretiza, quando se verifica que a sociedade nacional caminha para o processo pós-colonial, quando se nota a busca pelo rompimento com o eurocentrismo e uma consciência coletiva sobre a colonialidade. Desta forma, o que chamamos de utopia como forma de esperança ou de motivação “que se situam dentro de um espaço continuado”, transforma-se em heterotopia com “espaços absolutamente diferentes que indicam descontinuidade com o modo de constituir a realidade”, ou seja, uma ruptura completa do modo de viver eurocêntrico da América Latina (HENRIQUE, 2012: 14-15).

Portanto, partindo do pressuposto que a dominação é um meio e um requisito para a exploração e que a ideia de raça é um instrumento de controle histórico para que a exploração aconteça, o autor Aníbal Quijano expõe a alternativa que possibilitaria uma ruptura da ordem vigente, que impõe o padrão de poder hegemônico que hoje chamamos de globalização. A sugestão dada pelo autor refere-se à revolução socialista. Quijano defende que:

O socialismo não pode ser outra coisa que a trajetória de uma radical devolução do controle sobre o trabalho/recursos/produtos, sobre o sexo/recursos/produtos, sobre a autoridade/instituições/violência, e sobre a intersubjetividade/conhecimento/comunicação, à vida cotidiana das pessoas (QUIJANO, 2005a: 137).

Porém, a recomendação dada, tanto por Quijano quanto por Fanon sobre o socialismo, é que tal reconfiguração não pode ser feita utilizando a mesma epistemologia moderna e eurocêntrica, pois assim, o controle ficaria nas mãos da burguesia colonizada e o Estado continuaria nas mãos dos imperialistas (FANON, 1968: 6). A Revolução Socialista deve ser uma restauração das revoluções democráticas populares, nacionalistas, anti-imperialistas e anticoloniais ocorridas no México e na Bolívia. Apesar dessa revolução democrática não ter sido exitosa no passado, se hoje

conseguíssemos restaurá-la, ao mesmo tempo e no mesmo movimento na maioria dos países latino-americanos, possivelmente conseguiríamos o movimento da descolonização, assim como, a redistribuição radical do poder (QUIJANO, 2005a: 138).

José Carlos Mariátegui, em 1928, já vislumbrava as relações de poder e já propunha a revolução socialista atuando na redistribuição do controle para as pessoas sobre suas vidas e condições sociais (MARIÁTEGUI, 2007: 93-94), porém essa alternativa esmaeceu, voltando somente agora para o debate (QUIJANO, 2005a: 138).

Para Fanon esse movimento de descolonização pretendido, para ter êxito, deve gerar uma desordem absoluta, pois será o choque de forças antagônicas que modificará os indivíduos e os transformará em novos homens (FANON, 1968: 26-27). E isso só acontecerá mediante a violência, pois o colonialismo é a própria violência e não se curvará pacificamente, é preciso que haja uma ferocidade maior para conseguir desmantelar a ordem vigente (FANON, 1968: 46).

O fato é que as formas utilizadas para discutir a política da América Latina foram distorcidas da realidade, sendo que essa distorção é um resultado da perspectiva eurocêntrica do padrão de poder mundial, que utiliza o evolucionismo e o dualismo, que tenta silenciar o passado, que utiliza o povo contra o povo. Faz-se necessário, que nós latino-americanos, deixemos de ser “quem nunca fomos e que resolvamos nos libertar do reflexo do espelho eurocêntrico”, por não refletir a nossa verdadeira imagem (QUIJANO, 2005a: 138-139). Uma imagem que o eurocentrismo induziu e bloqueou na nossa experiência histórica e social, nos levando a admitir, a cultura europeia, como única válida (QUIJANO, 2005b: 17). “Decidamos não imitar a Europa e retesemos nossos músculos e nosso cérebro numa direção nova. Tratemos de inventar o homem total que a Europa foi incapaz de fazer triunfar” (FANON, 1968: 273). Dessa forma, Dussel nos define enquanto colonizados:

O mestiço é o homem latino-americano cuja mãe é a índia e o pai é o conquistador hispânico. Por isso mestiço é o homem latino-americano propriamente dito, e daí também se estabelece uma dominação interna e outra externa. O norte atlântico domina desde fora, mas também desde dentro (DUSSEL, 1997: 256).

O apelo de Aníbal Quijano é de que o capitalismo não mais produz e nem virá a produzir salários justos, acabará o serviço público⁸, assim como as liberdades civis,

⁸ Exemplo de tal previsão está no Projeto de Lei 4330/04, que permite a terceirização das atividades-fim, considerada como a maior derrota popular desde o Golpe de 64 (SOBRINHO, 2015).

correndo o risco de novamente enfrentarmos a escravidão e a servidão. Aqueles poucos que são possuidores do poder são ardilosos e utilizam todos os recursos possíveis para a manutenção desse poder, sem levar em consideração os limites que nosso planeta demonstra. Esse padrão de poder pode ser considerado como o grande vilão da nossa existência. A tecnologia vem demonstrando que pode ser um meio eficaz de eliminação da dominação e da violência, já que ele pode produzir sem necessariamente recorrer à exploração, o capital não é imprescindível (QUIJANO, 2007: 02).

Para o autor estamos em um momento que já não basta mais lutar somente contra uma hegemonia estadunidense, temos que passar a temer outros atores internacionais como, UE, China, Índia, Rússia e Brasil. Sendo que, tais atores não usarão uma forma pacífica para conseguir obter o controle do padrão do poder mundial, que precisamos sim nos decidir por uma alternativa, e a América Latina está no centro deste debate, atuando como palco e protagonista desse movimento contra o capitalismo (QUIJANO, 2007:03), resolvendo questões que a Europa não soube apresentar soluções (FANON: 1968: 274).

5. Considerações Finais

Por meio das reflexões apresentadas por diversos autores, com destaque especial para Aníbal Quijano, com o presente trabalho expôs-se o modelo de dominação presente na colonialidade do poder, no eurocentrismo e no capitalismo. Considerando assim, como um sistema estrutural violento e insensível, que apartou a humanidade empregando uma paleta de cores. Dessa forma, a classificação social se expandiu e se infiltrou na subjetividade dos colonizados, enraizando o racismo, o etnocentrismo e o sexismo, aniquilando culturas e histórias.

Devido à “geopolítica do conhecimento”, perdemos tecnologias e engenharias descobertas nas civilizações dos incas, dos maias, e tantas outras, além de ter violentamente silenciado os conhecimentos indígenas em nome do ego e da ambição europeia. Essas sociedades estruturadas foram repelidas por não serem consideradas avançadas, uma vez que pela perspectiva eurocêntrica, sendo eles seres tão primitivos

estando no ponto inicial da linha unidirecional evolucionista, não poderiam ter desenvolvido avanços anteriores à criação da modernidade europeia.

Em nome dessa modernidade atuando em conjunto com o capitalismo escravista forjaram a formação do Estado, para que assim, mesmo após o fim da colonização, a colonialidade pudesse ser mantida, portanto, vidas foram, são e serão sacrificadas com o objetivo de manter o “status quo” desse modelo econômico mundial e desigual.

Para tanto, o momento é de união entre os explorados contra o neoliberalismo globalizado, defendendo assim seus direitos a um salário justo, segurança, e principalmente, a cidadania, assim como precisamos da união dos cientistas e dos intelectuais nas Academias provando o grau destrutivo do capitalismo e da necessidade de preservação ambiental (QUIJANO, 2007:03).

A Academia deve ser também o lócus dos debates acerca da necessidade de curar as Relações Internacionais da sua amnésia intencional, eliminando os silêncios e omissões assim, “expondo a natureza racializada dos modos de relações internacionais que parecem ser inocentes de racismo” (JONES, 2006:10-11). O discurso científico dessa área é eurocêntrico e delimita seus sujeitos/objetos a partir da extensão da realidade dos países do centro para o mundo. Nesse sentido, as Relações Internacionais são uma ciência social norte-americana, o que traz severas consequências na tentativa de analisar profundamente a realidade latino-americana e a partir dela (MASO; SELIS, 2012).

A América Latina passa por um processo de conflitos e debates em que busca seus conceitos de nação, de identidade e de democracia que sejam feitos fora dos padrões europeus (QUIJANO, 1993: 62). Essa busca de uma re-identificação latino-americana, amplamente discutida nos centros acadêmicos e nas ações dos movimentos sociais, também devem estar na pauta como novo tema das Relações Internacionais. Dada a importante explanação de Quijano acerca dos acontecimentos históricos sentidos por todo o continente americano, que refletem e geram a colonialidade global, as Relações Internacionais precisam admitir o caráter emancipatório de reflexão e busca pela transformação da atual ordem vigente.

As opções estão sendo expostas, o capitalismo surgiu juntamente com a América Latina e, é nela, que encontra a resistência necessária para a busca de alternativas para nos libertarmos desse padrão de exploração e de violência (QUIJANO, 2007:04).

A descolonização está ocorrendo, mesmo que em passos lentos, e tudo o que os opressores podem tentar fazer é criar obstáculos para retardar a conclusão. Conforme Fanon, temos que nos descolonizar, pois em cada um de nós há um colono, e este precisa ser eliminado, “não sejamos passivos pois isso nos coloca do lado do opressor” (FANON, 1968: 17-18).

Agradeço ao CNPQ pelo financiamento deste projeto.

6. Referências

ARAÚJO, C. S. “Alguma coisa está fora da nova ordem mundial: Pós-colonialismo e Relações Internacionais” [Something is out of the New World Order: Postcolonialism and International Relations], X Luso-Afro-Brazilian Congress, University of Minho, Braga, Portugal, Vol. 5, 215-226, 2009. Disponível em: <<http://www.lasics.uminho.pt/xconglab/ficheiros/volume05.pdf>> Acesso em: 22/03/2015.

BALLESTRIN, Luciana. (2013). “América Latina e o giro decolonial”. Revista Brasileira de Ciência Política, 11, Brasília.

BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **¿Quién le canta al Estado-Nación? Lenguaje, política, pertinência.** Paidós, Buenos Aires, 2009.

CLÍMACO, Danilo Assis. Prólogo. In: QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder.** 1ª ed. Tradução de Danilo Assis Clímaco. CLACSO. Buenos Aires, 2014.

DUSSEL, Henrique. Cultura Imperial, Cultura ilustrada e libertação da Cultura Popular. In: DUSSEL, Henrique. **Oito Ensaios Sobre Cultura Latino Americana e Libertação.** São Paulo, Paulinas, 1997.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra.** Prefácio Jean-Paul Sartre. Tradução José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 1968.

GROSGOUEL, Ramón. Hay que tomarse en serio el pensamiento crítico de los colonizados en toda sua complejidade. Entrevista realizada por Luis Martínez Andrade Metapolítica, ano 17, núm. 83, octubre – diciembre, 2013.

HENRIQUE, Paulo Novaes Martins de Albuquerque. **La decolonialidad de América Latina y la heterotopía de una comunidad de destino solidaria.** 1ª ed. Buenos Aires, Fundación CICCUS. Editora Estudios Sociológicos, 2012.

JONES, Branwen Gruffydd, "Introduction: International Relations, Eurocentrism and Imperialism" In: JONES, Branwen (ed.), **Decolonizing International Relations**, Rowman and Littlefield Publishers, Lanham, 2006.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocentricos. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005.

LUGONES, Maria. "Colonialidad y género". Tabula Rasa, (9): 73-101. Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca, Bogotá, Colombia, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto, In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSGUÉL, Ramon (coords.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MARIÁTEGUI, J. C. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Venezuela. Ayacucho, 2007.

MASO, Tchella; SELIS, Lara. Na Véspera do Tempo: Repensando as Relações Internacionais. **Revista Monções**, 1(1): 133-155, Dourados, 2012.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Locais/Projetos Globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.

QUIJANO, Aníbal. A América Latina Sobreviverá? **Revista São Paulo em Perspectiva**, 7(2): 60-66, São Paulo, 1993.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein – **Part I. Journal of world-systems research**. 6(2): 342-386, 2000.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, Colección Sur Sur, pp.118-142, 2005^a.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estud. Av. São Paulo**, 19(55): 9-31, 2005b.

QUIJANO, Aníbal. Des/Colonialidad Del Poder: El Horizonte Alternativo. **Observatorio latino americano de Geopolítica**. Lima, p: 1-5, 2007.

RESTREPO, Eduardo. ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. 1ª Ed. Popayán, Samava, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estud.** CEBRAP, 79: 71-94, 2007.

SMITH, Steve. “The Self-Images of a Discipline: A Genealogy of International Relations Theory”, in K.Booth & S.Smith **International Relations Theory Today**, University Park, Pennsylvania, The Pennsylvania State University Press, 1995.

SOBRINHO, Wanderley Preite. Lei da terceirização é a maior derrota popular desde o golpe de 64. Carta Capital. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/economia/lei-da-terceirizacao-e-a-maior-derrota-popular-desde-o-golpe-de-64-2867.html>> Acesso em: 23/04/2015.

TICKNER, CEPEDA, BERNAL. Enseñanza, Investigación y Política Internacional (TRIP) In: **América Latina**. BJIR, 2(1):6-47, Marília, 2013.